



27 DE AGOSTO DE 2015

Quinta-feira

- **DILMA RECEBE EMPRESÁRIOS EM JANTAR RESERVADO PARA DISCUTIR CRISE**
- **PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PUXAM AUMENTO DA INADIMPLÊNCIA NO ANO**
- **NOVOS PROCEDIMENTOS PARA AS AVALIAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO NO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA COMERCIAL**
- **VENDAS DO GRUPO VW TÊM LEVE QUEDA**
- **DAIMLER SE DIZ ABERTA A INVESTIDORES CHINESES DE LONGO PRAZO**
- **VALE VENDE MINA DE CARVÃO NA AUSTRÁLIA**
- **FORD CONFIRMA PARALISAÇÃO PARA SE AJUSTAR À DEMANDA**
- **CONSUMO DE MÁQUINAS CAI EM JULHO, DIZ ABIMAQ**
- **FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS TEM QUEDA DE 7% NO ANO**
- **GOVERNO ESTUDA PROJETO DE VOLTA DA CPMF, MAS AVALIA CLIMA POLÍTICO**
- **CASE CONSTRUCTION FINANCIA PRODUTOR RURAL**
- **MONTADORAS REPENSAM VEÍCULOS COMO PRODUTO PARA NOVAS GERAÇÕES**
- **CHEVROLET AVANÇA EM MAIS UM ESTADO**
- **HR-V E FIT TURBINAM CONSÓRCIO HONDA**
- **MARCOPOLO LANÇA ÔNIBUS IDEALE CLASS NO CHILE**
- **ANEEL QUER REPETIR SUCESSO DAS EÓLICAS COM ENERGIA SOLAR**
- **SOMOS BONS DE INOVAÇÃO?**
- **PESQUISA DA CNI DIZ QUE BRASILEIRO ESTÁ MENOS PESSIMISTA EM RELAÇÃO À ECONOMIA**
- **CUNHA CRIA COMISSÃO PARA DISCUTIR FINANCIAMENTO SINDICAL**
- **CHINA INICIA CONSTRUÇÃO DE SIDERÚRGICA DE 9,4 MI DE TONELADAS EM REGIÃO COSTEIRA**

- NOVO MARCO DA MINERAÇÃO É RECEITA DO CAOS, DIZEM INTEGRANTES DO SETOR
- LUCRO DA BHP BILLITON DESABA PARA MÍNIMA DE 10 ANOS POR QUEDA NAS COMMODITIES
- 'NEWYORK TIMES': CHINA VACILA, E A ECONOMIA GLOBAL É FORÇADA A SE ADAPTAR
- RELATOR PODE AUMENTAR VIGÊNCIA DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO EMPREGO
- AUMENTAM AS DIFICULDADES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO
- PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB VOLTA À DÉCADA DE 40, DIZ IBRE

CÂMBIO		
EM 27/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,563	3,564
Euro	4,006	4,007

Fonte: BACEN

Dilma recebe empresários em jantar reservado para discutir crise

27/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A presidente Dilma Rousseff recebeu nesta terça-feira (25) à noite sete empresários para jantar no Palácio do Alvorada para ouvi-los sobre a atual crise econômica e discutir medidas para superá-la.

Estavam presentes Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Cledorvino Belini (Fiat), Benjamin Steinbruch (CSN), Joesley Batista (JBS), Rubens Ometo (Cosan), Edson Bueno (Dasa) e Josué Gomes (Coteminas).

Dilma estava acompanhada dos ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

No encontro, Dilma reconheceu aos presentes a "dificuldade" do atual momento da economia, classificando-o de "delicado", destacando ainda como "preocupante" as recentes turbulências na China, que geram ainda mais "incertezas" no cenário.

Durante o jantar, os empresários fizeram principalmente sugestões de adoção de "medidas estruturantes" para reduzir os gastos públicos, citando a área da Previdência como uma das que precisam ser atacadas.

Os empresários manifestaram ainda preocupação com a "forte desaceleração" da economia, com "significativa" redução do faturamento.

Segundo a **Folha** apurou, os presentes enfatizaram que, neste momento, as exportações devem ser incentivadas para garantir a recuperação da economia brasileira.

Uma preocupação levantada pelos empresários foi em relação ao elevado patamar da taxa de juros, hoje em 14,25% ao ano, mas eles reconheceram que, diante das fortes pressões inflacionárias neste ano, o Banco Central não tinha outro caminho neste momento.

Eles destacaram, porém, que o ideal é que a política monetária possa ser flexibilizada assim que for possível, para permitir uma recuperação da economia, que está em recessão neste ano.

O encontro causou desconforto entre peemedebistas ligados ao vice-presidente, Michel Temer, que não foram chamados para acompanhar o jantar.

Nesta quinta-feira, por sinal, Temer será recebido pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf, em um jantar para cerca de 20 empresários.

Entre os convidados estão alguns dos empresários que estiveram com Dilma nesta terça, como Trabuco, Ometto e Steinbruch.

AFASTAMENTO

Nesta semana, Temer anunciou que deixará o posto de principal articulador político do governo.

O movimento foi interpretado por aliados como o primeiro passo de afastamento do vice e do PMDB em relação ao governo. Temer, porém, garantiu que deixará a função gradualmente.

"No PMDB há alguns que querem que eu deixe a articulação e outros tantos que querem que eu continue, mas eu entendi que não posso, tendo responsabilidade com o país, deixá-la de uma vez", afirmou o vice.

Pequenas e médias empresas puxam aumento da inadimplência no ano

27/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pequenas e médias empresas estão entre os clientes bancários com maior dificuldade para pagar suas dívidas neste ano, marcado pelo aumento dos juros e pela restrição ao acesso a financiamentos.

A inadimplência no crédito para empresas com recursos de mercado alcançou em julho o maior patamar da nova pesquisa de crédito do Banco Central, que começa em março de 2011. Os atrasos passaram de 3,5%, em julho de 2014, para 4,1%, em julho deste ano.

A linha mais afetada foi o capital de giro, que responde pela maior parte do crédito empresarial. Nas operações de até 365 dias, nas quais as empresas de menor porte têm grande participação, segundo o BC, os atrasos acima de 90 dias passaram de 2,4% para 6,3% nos últimos 12 meses.

Ainda no segmento empresarial, os dados do BC mostram alta da inadimplência no desconto de duplicata (3,7%) e na conta garantida (2,7%). Em linhas com recursos subsidiados os atrasos ainda estão em níveis baixos, mas praticamente dobraram nas modalidades oferecidas pelo do BNDES (0,7%) e no crédito rural (0,8%).

A concessão de crédito para empresas com recursos do BNDES recuou 23,5% no ano, com cortes nas linhas de investimento e capital de giro.

Na primeira, que responde pelos grandes programas de incentivos do governo, a taxa média de juros subiu de 7,1% para 10,1% ao ano desde dezembro, quando a Fazenda anunciou corte de parte dos subsídios nessas linhas.

CONSUMIDOR

Nas operações com pessoas físicas os atrasos seguem praticamente estáveis na média, em 3,8%. A piora vista no cheque especial (14,9%) e no rotativo do cartão de crédito (37%) tem sido contrabalançada por uma melhora no crédito pessoal (7,1%) e na aquisição de veículos (3,9%).

A taxa média de juros no rotativo do cartão de crédito alcançou o patamar recorde de 395% ao ano em julho. Um ano antes, a taxa estava em 308% ao ano. Quem parcela o pagamento da fatura com as taxas oferecidas pelos bancos paga 119,5% ao ano em média.

O nível de endividamento das famílias brasileiras recuou pelo segundo mês seguido, de acordo com o BC, acompanhando o cenário de retração do crédito no Brasil.

Em julho, as dívidas correspondiam a 45,8% da renda acumulada em 12 meses. Em abril, esse indicador atingiu patamar recorde de 46,4%. Descontadas as dívidas imobiliárias, o que permite analisar isoladamente o crédito ao consumo, o endividamento recuou para 27,1%. O recorde, nesse caso, é o patamar de 31,4% de outubro de 2011.

"Com o crédito o crescendo em ritmo menor, é natural que esse indicador mostre redução. A renda está moderando, mas ainda há um crescimento da massa de salários, o que também ajuda a explicar isso", afirmou o chefe do Departamento Econômico do BC, Tulio Maciel.

ESTOQUE

O estoque de crédito cresceu 0,3% em julho em relação ao mês anterior e acumula alta de 9,9% em 12 meses, somando R\$ 3,11 trilhões. A previsão do BC é encerrar o ano com crescimento de 9%, menor resultado desde 2003.

Na comparação com o PIB (Produto Interno Bruto), o estoque de crédito alcançou o pico de 54,7% em dezembro de 2014 e está agora em 54,5%.

Novos procedimentos para as avaliações de interesse público no sistema brasileiro de defesa comercial

27/08/2015 – Fonte: CNI

Em agosto de 2012, a CNI publicou a primeira edição do Observatório de Defesa Comercial,¹ tendo como objeto, à época, o recém-criado Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público – GTIP. Desde então, o GTIP conduziu 12 processos de avaliação de interesse público e novas regras sobre o tema entraram em vigor, sendo a mais recente delas a Resolução CAMEX nº 27, de 29 de abril de 2015.

Decorridos três anos da instituição do GTIP, a presente edição analisará a atuação do Grupo até o momento, tendo em conta a evolução das normas sobre o tema. Serão

discutidas as principais mudanças implementadas pela Resolução CAMEX nº 27/2015 e apresentadas considerações da CNI sobre o tema.

Vendas do Grupo VW têm leve queda

27/08/2015 – Fonte: Automotive Business



O Grupo Volkswagen entregou de janeiro a julho deste ano 5,83 milhões de veículos, registrando pequena queda de 1% em relação ao mesmo período do ano passado. A fabricante atribui o resultado negativo aos mercados chinês, brasileiro e russo.

Na Ásia-Pacífico, os 2,22 milhões de veículos vendidos resultaram em retração de 4,1% ante os mesmos sete meses de 2014. Maior mercado da região, a China respondeu por 1,99 milhão de unidades e experimentou queda ainda mais acentuada, de 5,3%.

Em toda a América do Sul, os 346,4 mil veículos entregues resultaram em queda de 22,9%. Na região, o Brasil respondeu por 245,9 mil unidades e queda de 30,6%. Em movimento oposto, as entregas na América do Norte somaram 533 mil unidades, com alta de 6,2% sobre os mesmos sete meses de 2014. Com 349 mil veículos do grupo, as vendas nos Estados Unidos aumentaram 3,4%.

O mercado europeu como um todo mantém o crescimento. Até julho deste ano o continente somou 2,45 milhões de unidades do grupo, indicando alta de 3,7% sobre o mesmo período do ano passado. A Europa Ocidental (exceto Alemanha) registrou 1,32 milhão de veículos do grupo e acréscimo de 7,2%.

No mercado alemão, as 781,7 mil unidades resultaram em alta de 5,7%. Nas regiões Central e Oriental do continente o grupo entregou 354,4 mil unidades e anotou queda de 10,8%.

Os bons resultados da República Tcheca, Romênia e Hungria não foram suficientes para compensar o mau momento do mercado russo, em que as 97,6 mil vendas significaram queda de 40,3% ante o período janeiro-julho do ano passado.

DESEMPENHO POR MARCA

De todas as vendas do grupo até julho, os automóveis Volkswagen responderam por 3,4 milhões de unidades, registrando queda de 4,3% ante os mesmos meses do ano passado.

A Audi entregou 1,05 milhão de veículos no período e cresceu 3,5%. A fabricante de esportivos Porsche vendeu 134,7 mil unidades e anotou alta de 28,5% sobre o ano anterior como reflexo da boa aceitação do utilitário esportivo Macan.

A fabricante tcheca Skoda entregou 627,1 mil unidades e registrou leve alta de 3,6%. A Seat distribuiu 251,3 mil veículos nos sete meses e anotou acréscimo de 7,1% sobre o mesmo período do ano passado.

A divisão Volkswagen Veículos Comerciais repassou 256,6 mil unidades, com variação positiva de 0,4%. A marca MAN entregou 58,6 mil veículos e com isso teve importante queda de 13,2%. Para a Scania, os 43,4 mil caminhões e ônibus vendidos trouxeram alta de 3,2%.

Daimler se diz aberta a investidores chineses de longo prazo

27/08/2015 – Fonte: Exame



A Daimler sinalizou nesta quinta-feira que está aberta a receber novos acionistas de longo prazo da China, respondendo à notícia na mídia chinesa de que a montadora BAIC Motor está interessada em adquirir uma participação.

Após ser questionada sobre a notícia, que dizia que a Beijing Automotive Group (BAIC) está em conversas para comprar uma fatia importante na Daimler, a montadora alemã disse que está feliz com sua atual estrutura de acionistas, mas afirmou que fica sempre satisfeita o com interesse de potenciais investidores de longo prazo.

"A BAIC é nossa parceira mais importante na China", disse a Daimler. "Falando de modo geral, queremos continuar atrativos para investidores de longo prazo. Investidores da China também serão bem-vindos".

Já existem laços significativos entre a Daimler e a BAIC: a Daimler tem uma fatia de 10 por cento na BAIC Motor, a divisão de carros de passeio listada em Hong Kong da estatal Beijing Automotive.

E em dezembro de 2013, a BAIC adquiriu uma participação de 51 por cento em uma joint venture de produção baseada na China com a Daimler, enquanto a montadora alemã comprou uma fatia de 51 por cento em uma joint venture de vendas baseada na China.

Vale vende mina de carvão na Austrália

27/08/2015 – Fonte: Exame

A mineradora Vale continuou sua venda de ativos não essenciais, fechando acordo para vender uma mina de carvão desativada na Austrália para a Glencore e o Bloomfield Group por um valor não divulgado.

A mina, chamada Integra, estava em manutenção desde julho de 2014, quando a Vale disse que os baixos preços do carvão tornavam insustentável mantê-la aberta. Esta é a segunda mina de carvão que a Vale vende este mês, conforme dá andamento a sua estratégia de sair de ativos não essenciais.

Em julho, a Vale vendeu outra mina de carvão na Austrália para um operador local em meio a uma desaceleração do setor que custou milhares de empregos e bilhões de dólares em prejuízos.

Os preços do carvão usado na mineração caíram de 300 dólares por tonelada em 2011 para cerca de 85 dólares, refletindo um excesso da oferta global e uma desaceleração na produção de aço na China, um destino-chave para o carvão australiano.

A Vale disse que a venda está em linha com sua estratégia de deter ativos capazes de produzir grandes volumes a custos competitivos.

Ford confirma paralisação para se ajustar à demanda

27/08/2015 – Fonte: Exame



A Ford confirmou que interrompeu temporariamente a atividade em suas linhas de montagem em duas unidades, em São Paulo e na Bahia, "com o objetivo de ajustar o ritmo de produção à demanda do mercado".

Na fábrica de São Bernardo do Campo (SP), a produção de carros ficou interrompida entre os dias 17 e 19 de agosto, enquanto a produção de caminhões permaneceu parada entre 17 e 25 de agosto. Já na unidade baiana de Camaçari, a Ford não fabricou carros entre os dias 12 e 14 de agosto, e deixou de produzir motores entre 10 e 14 de agosto.

Nesta terça-feira, 25, operadores do mercado apontaram que informações sobre possíveis novas paradas nas unidades da Ford estavam entre os fatores de pressão para a queda das ações de siderúrgicas listadas na Bovespa, já que a montadora é uma das principais clientes do setor.

Questionada pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, a companhia não se pronunciou sobre novas interrupções nas linhas de montagem.

Consumo de máquinas cai em julho, diz Abimaq

27/08/2015 – Fonte: Exame



O consumo de máquinas e equipamentos no Brasil voltou a cair em julho e a expectativa do setor é que o indicador que representa um dos termômetros da atividade industrial do país termine o ano em baixa de até 15 por cento, informou nesta quarta-feira a entidade que representa os fabricantes, Abimaq.

O consumo aparente recuou 3,4 por cento em julho sobre um ano antes, para 11 bilhões de reais, acumulando nos sete primeiros meses do ano queda de 4,6 por cento na comparação com o mesmo período de 2014.

O mês registrou queda no consumo, mesmo com a valorização do dólar contra o real, que aumenta o valor dos produtos importados, segundo a Abimaq. Desconsiderando o efeito cambial, os dados também mostram queda no consumo, de 16,6 por cento.

O presidente da entidade, Carlos Pastoriza, afirmou que os últimos cinco meses de 2015 devem ser piores para o consumo de máquinas no Brasil que os meses anteriores com um resultado anual abaixo do registrado em 2014.

"A tendência (...) aponta que podemos chegar a 12 a 15 por cento (de queda no ano)", disse Pastoriza, citando entre os fatores para o recuo o clima de incerteza e insegurança política e econômica que faz com que os agentes econômicos freiem investimentos.

A receita total do setor caiu 7,7 por cento em julho ante igual mês do ano passado, para 7,051 bilhões de reais.

As exportações de julho desabaram 26 por cento na mesma base de comparação, para cerca de 662 milhões de dólares, afetadas pela volatilidade cambial e por dificuldades do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), afirmou a entidade. As importações tiveram queda de 23,6 por cento, para 1,661 bilhão de dólares.

Segundo a Abimaq, a queda nas importações não está sendo compensada por aumento das vendas no mercado interno pelos fabricantes nacionais, indicando "forte redução da taxa de investimento pelo terceiro ano consecutivo".

A associação informou ainda que a utilização da capacidade instalada dos fabricantes de máquinas e equipamentos em julho recuou a 66,6 por cento ante taxa de 76 por cento no mesmo mês do ano passado. A carteira de pedidos registrou contração de 15,9 por cento em julho na mesma base.

Faturamento da indústria de máquinas tem queda de 7% no ano

27/08/2015 – Fonte: Exame



O faturamento da indústria brasileira de máquinas e equipamentos apresentou queda de 0,2% em julho na comparação com o mês anterior. Os dados foram divulgados hoje (26), na capital paulista, pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). No acumulado do ano, o setor registra queda de 7% na receita líquida em relação aos sete primeiros meses de 2014.

De acordo com a entidade, o resultado ruim ocorre apesar da elevação do dólar, cujo efeito cambial aumenta o valor das exportações. No mercado interno, foi registrada retração de 9,9% no ano.

As vendas para o exterior registraram queda de 18,7% no período de janeiro a julho, na comparação com igual período do ano passado.

Para o presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza, a tendência de queda no mercado interno, observada dos últimos meses, somada a exportações fracas, indica que o setor terá retração em 2015.

"Estimamos uma retração maior do que no ano passado", disse. Caso a previsão se confirme, será a terceira queda consecutiva de receita líquida da indústria de máquinas e equipamentos. Em 2013, o faturamento caiu 5% e, em 2014, 12%.

Sobre as oscilações do câmbio, com a desvalorização do real, o que aumenta a atratividade do produto brasileiro no mercado mundial, Pastoriza afirmou que esse movimento não será suficiente para estimular exportações em curto prazo.

Ele destacou que o câmbio apresentou forte desvalorização somente a partir de março deste ano em relação a um conjunto de moedas relevantes internacionalmente, não só o dólar.

"A competitividade da indústria brasileira começou a ser relevante depois disso. Esse período de desvalorização relativa à cesta de moeda é de março para cá. Esse é um período curto para que a gente sinta o reflexo disso. Isso vai ter reflexo, se continuar defasagem de taxa de câmbio, só no final deste ano ou no ano que vem, que é o tempo de retomar contratos", destacou.

Ele lembrou que, antes de março, o real tinha uma posição relevante somente em relação aos produtos americanos.

Segundo a Abimaq, nos últimos 12 meses, foram fechados 33 mil postos de trabalho no setor. Em julho, havia 334 mil pessoas empregadas. No mesmo mês de 2014, eram 367 mil.

Governo estuda projeto de volta da CPMF, mas avalia clima político

27/08/2015 – Fonte: Época Negócios



Descartada no início do ano, a proposta de volta da CPMF, também conhecida como "imposto do cheque", ganha força no governo para fechar as contas em 2016. Fontes ouvidas pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, confirmaram que o envio de uma proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional faz parte do conjunto de medidas de aumento de tributos em discussão na elaboração da proposta do Orçamento da União do ano que vem.

Apesar do clima desfavorável no Congresso e na sociedade para um novo aumento da carga tributária, a avaliação é de que a volta do tributo - extinto em 2007, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva - é indispensável para tirar as contas públicas de um quadro deficitário em 2016, ano em que a economia brasileira continuará em ritmo lento, segundo todas as previsões.

Se as medidas de corte dos programas e despesas não tiveram grande alcance para garantir o cumprimento da meta de economia de R\$ 43,834 bilhões de 2016, o equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), o governo terá de recorrer a uma dosagem maior de aumento da carga tributária.

Rombo bilionário

O rombo previsto - ou seja, a distância entre o que se projeta hoje de receitas e despesas sem novas medidas em comparação à meta de superávit primário de 0,7% do PIB - é superior a R\$ 60 bilhões.

O valor é maior do que a própria meta, o que mostra que a equipe econômica começou a preparar a proposta de Orçamento partindo de um déficit primário no fim do ano.

O problema é que o corte de programas e despesas obrigatórias que está sendo definido pela Junta Orçamentária (formada por representantes dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Casa Civil) é muito menor que o necessário para fechar as contas.

"É preciso ter um Orçamento com mais imaginação e olhar melhor para a natureza do gasto", disse uma fonte da equipe econômica. Ele deu como exemplo medidas para reduzir as despesas com benefícios como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez.

Por causa do ambiente de alta instabilidade política, não há definição sobre a conveniência de enviar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da CPMF. A proposta está sendo analisada pela presidente Dilma Rousseff. E o governo já tem uma minuta pronta da PEC.

Saúde e educação

A avaliação de pessoas próximas às discussões é de que a medida pode ser aprovada caso os recursos arrecadados tenham destino certo - como, por exemplo, saúde e educação.

"Os governos estaduais podem ajudar a aprovar se ela estiver bem detalhada e atendendo a demandas específicas", disse uma fonte ouvida pela reportagem. O importante é que o dinheiro não seja usado para criar novas despesas.

Ainda não está definido se as propostas fiscais para 2016 serão encaminhadas com o Orçamento. Segundo uma fonte, o governo pode deixar para depois do envio do projeto orçamentário. Algumas medidas já foram anunciadas, como a reforma administrativa e a venda de imóveis da União.

Resistência

O impasse cresceu nos últimos dias dentro do governo por causa da pouca disposição para aprovar propostas de cortes mais profundos e duradouros nas despesas obrigatórias.

A estratégia inicial do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, era a de aprofundar os cortes e as reformas estruturais, mas há uma pressão grande para novas medidas de aumento de impostos para reforçar a arrecadação.

"A conta não vai fechar sem aumento de tributos", disse um integrante da equipe econômica. Outras alternativas de aumento de tributos estão em análise, entre elas, a possibilidade de envio ao Congresso de proposta para acabar com benefício tributário para a distribuição de Juros de Capital Próprio para as grandes empresas.

Case Construction financia produtor rural

27/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Case Construction Equipment lança um financiamento exclusivo para o produtor rural. A condição especial para compra das máquinas vale a partir do dia 29 de agosto e inclui taxa de juros subsidiada pela Case de 0,89% ao mês.

As taxas de uma operação convencional de crédito ficam entre 1,5% e 2%. Os prazos da Case também se adaptam ao segmento, com pagamentos semestrais e pelo período de quatro anos.

Segundo a Case Construction, o setor agrícola responde por 10% das vendas da companhia. No Rio Grande do Sul, onde a condição está sendo lançada, a participação chega a 40%.

A empresa informa ter criado a condição porque faltam ao agronegócio programas de incentivo fiscal ou de financiamento para aquisição de máquinas de construção como o Moderfrota ou o Finame.

Montadoras pensam veículos como produto para novas gerações

27/08/2015 – Fonte: Automotive Business



O automóvel por si só não é a solução para as novas realidades da mobilidade urbana, concordaram os participantes do painel Choque de Realidade: o que se espera do veículo como produto, realizado na quarta-feira, 26, no segundo e último dia da 23ª edição do Simea, Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva, que tem como tema central a Tecnologia e Conectividade Melhorando a Mobilidade, promovido pela AEA, Associação da Engenharia Automotiva, no WTC, em São Paulo.

O ponto de partida do debate foi o resultado de uma pesquisa feita pela USP em parceria com o Simea apresentada pelo jornalista Lupercio Tomaz e que revelou a mudança de comportamento da atual geração jovem e sua relação com o automóvel.

O estudo mostra uma nova realidade: que o carro está ficando para trás na lista de prioridades de jovens entre 18 e 23 anos, faixa etária dos 400 entrevistados na pesquisa. Viagens e experiências internacionais, como intercâmbios, estão tomando o lugar do veículo, que em gerações anteriores, era o maior objeto de desejo da juventude.

A megatendência de mudança comportamental foi apontada durante o painel como fator deflagrador para repensar o carro como produto para as próximas gerações. Para Rogério Villaça, diretor de brand da Jeep, o desafio será transformar o veículo em objeto que sirva as diferentes necessidades, não essencialmente como um bem a possuir, mas soluções que o torne mais acessível.

Ele cita o compartilhamento de veículos como exemplo, uma vez que alto custo foi apontado pelos jovens como um dos fatores que mais pesa na hora de decidir pela compra ou não de um veículo.

“Além disso, devemos pensar em uma transformação que alie cada vez mais a interação do hardware (veículo) com o software (programas de interconectividade) para uma geração cada vez mais conectada.”

Estar preparado para atingir as novas exigências dessa nova sociedade e ao mesmo tempo acompanhar as novas tecnologias e tendências de mercado foram apontadas por Dirlei Dias, gerente sênior de marketing de produto automóveis da Mercedes-Benz, como parte das prioridades que orientam a marca para a construção do carro como produto para a futura geração de consumidores.

“Deveremos continuar primando também pelo desenvolvimento de sistemas de segurança ainda mais avançados, com veículos cada vez mais conectados e interativos, incluindo os autônomos, além de criar com tudo isso novas oportunidades de negócios”, enfatiza.

Ele cita ainda as parcerias em andamento entre montadoras e empresas focadas em tecnologia, como Apple e Google: “Há parcerias com companhias deste tipo para a nova tendência de conectividade nos carros. Não dá para ser inimigo desse pessoal, tem que ser aliado.”

Os painelistas afirmam que a mudança do cliente gera uma transformação de efeito cascata, interferindo não só no produto, mas na maneira de se relacionar com ele por meio da rede de distribuição.

“O perfil do vendedor também está mudando: ele deixou de ser o ‘tagarela’ de antigamente, que vencia o consumidor pelo cansaço e passou a ouvir mais sobre sua necessidade. Com isso, ele interpreta melhor os produtos de sua marca e aponta qual deles atende melhor aquela situação”, finaliza Dias.

FUTURO SUSTENTÁVEL

Roberto Braun, gerente sênior de assuntos governamentais da Toyota, lembra que muito se tem feito para oferecer melhores produtos para a nova geração de condutores, acompanhando a tendência da preocupação em consumir produtos mais amigáveis ao meio ambiente.

Ele cita a criação de veículos mais limpos, como os híbridos, os 100% elétricos e mais recentemente, os equipados com células de combustíveis (de hidrogênio).

“Há diversas aplicações e há lugar para todas elas. A própria Toyota possui modelos nessas diferentes tecnologias, como o híbrido Prius, lançado em 1997 e que já está em sua terceira geração, e o novo Mirai, apresentado em 2014 e o primeiro veículo com produção em massa equipado com célula de hidrogênio, que chegará ainda este ano nos mercados da Europa e nos Estados Unidos”, disse.

Ele acrescenta que a equação está em desenvolver infraestrutura em parceria com poderes públicos a fim de viabilizar o abastecimento desses modelos em vias urbanas ou

rodoviárias, uma vez que cada tecnologia sugere diferentes tipos de uso devido à sua autonomia.

Outro movimento é que as empresas estão se unindo para levar adiante o desenvolvimento dessa tecnologia apontadas como ideal para as futuras gerações, revela Braun:

“Devido ao altíssimo custos da célula de combustível, as empresas estão criando grupos para diluir essas responsabilidades financeiras, caso da Toyota com a BMW: nós lançamos o Mirai em 2014 e a BMW deve lançar seu próprio modelo em 2020.” Nissan, Daimler e Ford também figuram como parcerias de desenvolvimento com previsão de produtos em 2017, enquanto Honda e GM formam outra frente, com lançamentos previstos para 2020. “A Hyundai, sozinha, deve lançar algo neste sentido ainda este ano”, diz Braun.

Chevrolet avança em mais um Estado

27/08/2015 – Fonte: Automotive Business

A Chevrolet avançou em mais um Estado e é a primeira opção dos consumidores em 12 unidades da federação na hora de comprar um zero-quilômetro a prazo. O 12º Estado conquistado foi o Acre, cuja liderança há algumas semanas era da Volkswagen.

A segunda colocada é a Fiat, que está na ponta em vendas parceladas em dez unidades da federação. A VW ocupa a dianteira em cinco Estados quando o assunto é venda a prazo.

A conclusão vem de um levantamento da Cetip, que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG). Os números compilados incluem Crédito Direto ao Consumidor (CDC), consórcio e leasing.

Considerando os automóveis novos mais parcelados de janeiro a julho, o Fiat Palio permanece como a primeira opção dos consumidores em dez unidades da federação.

O Chevrolet Onix foi o modelo mais financiado em oito Estados. O VW Gol figura como líder no financiamento de carros novos em outros quatro. Na comparação com o acumulado de 2014, o hatch perdeu a ponta em três unidades da federação: Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Tocantins.

E o Chevrolet Classic, que um mês atrás liderava as vendas a prazo em três Estados, perdeu a ponta recentemente para o Palio no Maranhão.

Um ano atrás, porém, o sedãzinho não pontuava em nenhum Estado, o que mostra que ainda tem lenha para queimar, apesar de ser um projeto com 20 anos.

As líderes em venda a prazo (jan.-jul. 2015):



HR-V e Fit turbinam consórcio Honda

27/08/2015 – Fonte: Automotive Business



O consórcio Honda fechou os sete primeiros meses de 2015 com alta de 75% na venda de cotas para automóveis em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado está bem acima da média do mercado de veículos leves, em que o aumento registrado foi de 17,6%, segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

Segundo a fabricante, entre os motivos que impulsionaram o crescimento está a boa aceitação do modelo HR-V. O carro roubou a liderança do Ford EcoSport entre os utilitários esportivos e nos quatro primeiros meses de venda atingiu 21% de participação no consórcio Honda.

O campeão da modalidade dentro da marca é o Fit, que deteve 39% das novas cotas vendidas de janeiro a julho pela Honda. A fabricante atribui o crescimento do consórcio aos lançamentos que vem fazendo desde 2014 e também ao momento econômico atual.

Marcopolo lança ônibus Ideale Class no Chile

27/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A Marcopolo apresenta no Chile seu novo ônibus Ideale Class desenvolvido especialmente para aquele mercado: com 10,3 metros de comprimento, é o menor modelo rodoviário disponível no país.

Apresentado para 700 clientes e operadores de transporte, o veículo chega para competir com modelos asiáticos neste nicho de mercado.

Indicado para fretamento em linhas de curtas e médias distâncias, o Ideale Class é montado sobre o chassi MAN 15230 OT Euro 5, com motor traseiro de 230 cv de potência. Conta com porta pantográfica, sistema de ar-condicionado e comporta até 39 passageiros.

Possui ainda novo design, com LEDs nas luzes de direção, grade dianteira de padrão colmeia, grades inferiores do para-choque dianteiro em plástico injetado e farol de neblina como opcional.

“Procuramos pensar em todos os aspectos antes de apresentar o novo veículo para os clientes chilenos.

O ônibus Ideale é reconhecido no mercado pela sua qualidade, conforto, segurança e vantagens operacionais. A versão Class mantém as mesmas características aliadas às vantagens do menor comprimento e maior padrão de sofisticação”, afirma o diretor de operações comerciais da Marcopolo, Paulo Corso.

Aneel quer repetir sucesso das eólicas com energia solar

27/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) investe em programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para aumentar a competitividade das fontes renováveis. Após o sucesso das eólicas, a aposta agora é a energia solar.

As chamadas da Aneel visam selecionar projetos estratégicos de eficiência energética e financiar sua execução. Segundo Máximo Pompermayer, superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, o objetivo do governo é reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras, principalmente para a geração solar.

Em setembro, a agência promove um workshop para os interessados em apresentar projetos de geração solar. Até o final deste ano, outro workshop será realizado para projetos de armazenamento de energia, as chamadas "superbaterias", e, possivelmente, geração distribuída.

As chamadas públicas feitas pela Aneel em 2012 contribuíram para o desenvolvimento da energia eólica.

Em 2007, o custo do megawatt-hora (MWh) de uma usina eólica, conforme os preços praticados em leilões da época, era 90% maior do que o de uma hidrelétrica. Nos leilões realizados neste ano, essa diferença caiu para 15%.

"Nosso principal foco é o desenvolvimento de fontes renováveis. Os projetos demoram alguns anos para dar resultados, mas já estamos colhendo os primeiros", diz o superintendente da Aneel.

Sede de tecnologia

Para Élbria Gannoum, presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), a inovação é determinante para o futuro do setor.

"O Brasil expande a sua matriz pensando no custo. Atualmente, devido às dificuldades que os projetos de hidrelétricas têm encontrado para obterem as licenças ambientais, as eólicas oferecem um ótimo custo-benefício. Para que esse futuro continue virtuoso, os projetos de inovação são fundamentais."

Mathias Becker, presidente da Renova Energia, espera que o desenvolvimento de novas fontes solares coloque o Brasil como um dos líderes globais nesse segmento.

"No ano passado, com a tecnologia que já temos, conseguimos realizar o leilão mais bem sucedido de energia solar no mundo."

"Como essas fontes têm conseguido uma evolução tecnológica que fornece de 4% a 5% de competitividade ao ano, conseguimos ver um valor grande nas iniciativas de inovação", afirma.

Atualmente, a mais recente avaliação de preços feita para a geração solar estabelece um preço de R\$ 349 por MWh, cerca de 97% do custo da geração eólica.

TEMAS QUE JÁ FORAM ALVOS DE CHAMADAS DA ANEEL

- Geração Eólica
- Geração solar fotovoltaica
- Geração a partir de resíduos

TEMAS QUE SERÃO ALVOS DE CHAMADAS

- Geração solar concentrada
- Armazenamento de energia

TEMAS QUE A ANEEL PLANEJA ESTUDAR

- Geração oceânica
- Geração térmica por biomassa

Somos bons de inovação?

27/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Temos a impressão de que o Brasil inova pouco. Como medir nosso avanço? Um bom indicador poderia ser resumido em um número, se ele tiver poder de arraste para puxar consigo conceitos e desafios. O IBGE apura uma "taxa de inovação", conforme procedimentos internacionais, que mede a porcentagem das empresas que declaram ter feito pelo menos uma inovação naquele ano.

O Brasil parece estar bem, pois nosso número é 33%. Entretanto, esse índice não é bom. Ele não se presta a comparações internacionais, pois as respostas em diferentes países têm compreensões diferentes sobre o que é uma inovação.

Outra medição é a porcentagem do PIB que é investida em pesquisa e desenvolvimento. O Brasil investe apenas 1,3%, sendo metade investimento do governo e outra metade das empresas. Vários programas de fomento à pesquisa empresarial foram criados pelos governos federal e estadual, para incentivar o aumento do investimento privado em inovação: BNDES-Funtec, Embrapii e Fapesp-PITE.

Em São Paulo o investimento das empresas é maior, e alcançamos 1,6% do PIB, o que nos coloca em patamar semelhante à Espanha, por exemplo. No entanto, os espanhóis depositam mais patentes e exportam mais que o Brasil.

Precisamos então de um critério alternativo. Escolher um indicador e trabalhar para melhorá-lo exigirá que sejamos melhores planejadores do que temos sido. Câmbio, impostos, gastos públicos, inflação e juros são índices relevantes no curto prazo, mas o problema da competitividade é estrutural, e não apenas conjuntural.

Qual seria esse índice? Qual o critério para escolher um indicador? Ele deve permitir comparações com outros países. Com o passado e com nossos competidores, num ranking global. Saber em que posição está o Brasil em relação ao planeta. Gostamos de ser a oitava maior economia do mundo.

Existem rankings globais de competitividade. O World Economic Forum, sediado em Davos, estima a competitividade dos países com base em mais de 100 parâmetros, reunidos em 12 conjuntos, um deles a Inovação. Em 2014 o ranking de competitividade colocou o Brasil em 57º lugar entre 144 países. Mas no item inovação, que aqui nos interessa, estamos em 62º lugar.

Nossa nota neste quesito prejudicou o ranking de competitividade do Brasil. Curioso é que o Global Innovation Index, baseado numa nota que é a composição de 81 parâmetros,

legou-nos uma colocação parecida: O País está em 61º lugar entre 143 países. Parece que nosso lugar é mais ou menos esse. Uma reflexão sobre como melhorar nossas 81 notas deveria ajudar a estabelecer os programas, priorizar investimentos.

É importante objetivar a discussão sobre os obstáculos culturais que nos atravancam. Não podemos continuar tendo apenas 0,3% das patentes do mundo, se nossa economia tem 3% do PIB do planeta. Ou apenas 1,2% das exportações mundiais.

Toda nova gestão de governo tem o dever de construir um Plano Plurianual no primeiro ano de mandato. Um dos Objetivos Estratégicos do governo estadual para 2016-2019 antevê uma economia paulista competitiva, voltada para inovação tecnológica, incremento da produtividade e geração de empregos de boa qualidade. A inovação tinha mesmo que estar lá.

A primeira tarefa é escolher um indicador de impacto, pelo qual acompanharemos nossa evolução nos próximos anos. Bem mais difícil será organizar programas que criem condições favoráveis para alcançarmos os desejados objetivos estratégicos. Temos muito trabalho pela frente.

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF, 60, diretor presidente do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

Pesquisa da CNI diz que brasileiro está menos pessimista em relação à economia

27/08/2015 – Fonte: CIMM

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, divulgada hoje (26), mostra que o nível de pessimismo do brasileiro em relação à economia caiu. A queda está relacionada à melhora nas projeções sobre o comportamento dos preços.

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), sondagem elaborada pela CNI, subiu 1% em agosto na comparação com julho. O índice atingiu 98,9 pontos. Foi o segundo mês consecutivo de alta no indicador.

A sondagem ressalta que, mesmo com os dois aumentos, o Inec está 10,2% abaixo da média histórica, que é 110,1 pontos, e 8,7% inferior ao registrado em agosto do ano passado. Isso significa que a população continua pessimista.

Em agosto, o índice de expectativas em relação à inflação aumentou 4,2% na comparação com julho. De acordo com a metodologia da pesquisa, a elevação do indicador mostra que cresceu número de pessoas que espera a queda da inflação. "Apesar da melhora do índice, a desconfiança com relação à evolução da inflação nos próximos seis meses permanece, pois o índice mantém-se 11% abaixo da média histórica", informa a CNI.

As expectativas em relação ao desemprego, à renda pessoal e ao endividamento ficaram praticamente estáveis em relação a julho e continuam abaixo do registrado no ano passado. Mas os consumidores estão mais dispostos a ir às compras. O indicador de expectativas em relação às compras de maior valor aumentou 1,2% em relação a julho.

Cunha cria comissão para discutir financiamento sindical

27/08/2015 – Fonte: EM.com

Ao receber representantes de centrais sindicais a convite do deputado Paulinho da Força (SD-SP), o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), assinou a criação de uma comissão especial para tratar do financiamento da atividade sindical.

A comissão deve ter sua instalação concluída na próxima semana. Será composta por 27 titulares e igual número de suplentes. Onze vagas pertencem ao grupo comandado pelo PMDB. O grupo do PT tem direito a oito vagas. O PSDB e seu grupo têm seis vagas. PDT tem uma vaga e PSL também.

China inicia construção de siderúrgica de 9,4 mi de toneladas em região costeira

27/08/2015 – Fonte: R7

A China iniciou a construção de um grande projeto siderúrgico de 9,4 milhões de toneladas por ano na província de Hebei, avançando com planos de construir usinas mais eficientes nas regiões costeiras do país apesar do excesso de oferta e demanda em queda.

O projeto, a segunda fase do complexo Shougang Jingtang em Caofeidian, um dos maiores portos da China, é um dos vários empreendimentos de produção de aço integrados de grandes grupos siderúrgicos que foram aprovadas durante o boom de commodities.

A usina, que ajudará a cortar os custos de transporte para ferro e carvão importados, envolverá um investimento total de 43,55 bilhões de iuans (6,79 bilhões de dólares), disse a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) nesta terça-feira.

A China quer construir de três a cinco siderúrgicas gigantes e impulsionar a produção de aço das 10 maiores usinas para mais de 60 por cento da produção total do país até 2025. A capacidade de produção de aço da China somou 1,16 bilhão de toneladas em 2014, segundo dados do governo do país. A produção alcançou 822 milhões de toneladas.

Novo marco da mineração é receita do caos, dizem integrantes do setor

27/08/2015 – Fonte: Senado Notícias



A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração realizou nesta segunda-feira (24) sua primeira audiência pública, de uma série de sete, para embasar as discussões sobre um novo marco regulatório para o setor. Os especialistas ouvidos na reunião manifestaram preocupação com o projeto já existente, que, segundo eles, não supre as necessidades do setor produtivo.

Tramita na Câmara dos Deputados há dois anos o PL 5807/2013, oferecido pelo Executivo federal, que propõe uma reformulação do Código de Mineração. De acordo com os convidados da audiência desta segunda, que representam entidades da indústria mineradora, o projeto foi elaborado de forma inadequada.

- O projeto é a receita do caos. Foi gerado no Planalto sem ouvir o setor e sem produzir documentos técnicos para embasar as alterações propostas. Nossa avaliação é que ele

promoveria um 'apagão mineral' no país caso fosse aprovado – criticou Elmer Prata Salomão, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

Para Salomão, o aspecto que mais prejudica a proposta do novo marco é o fato de que o projeto de lei tenta abordar, ao mesmo tempo, três grandes áreas que deveriam ter seus projetos específicos: a questão jurídica, as regras arrecadatórias e a criação de uma Agência Nacional de Mineração. Ele disse crer que o acúmulo desses temas tem dificultado a criação de um consenso.

João César de Freitas Pinheiro, presidente da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo), também questionou a decisão de se criar uma proposta “três-em-um”, e disse que os profissionais de seu campo estão “desesperançados”. Ele crê que falta planejamento e diálogo entre os setores público e privado.

- Falta nos organizarmos para planejar e executar uma política mineral madura, que não saia da cabeça de alguns 'iluminados' mas de discussões sérias – disse.

Gargalos

Marcos André Gonçalves, presidente da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb), listou dois problemas do setor de mineração que exigem atenção mais imediata: como criar condições para o empreendedorismo na área, que é de alto risco, e como evoluir as tecnologias relevantes para potencializar a descoberta de novas jazidas.

- Antes de começar a mexer tanto no código, temos que trazer essas discussões que estão pendentes. A discussão do novo marco veio e postergou toda a questão estrutural. Ele tem que ser reposicionado – avalia.

A configuração jurídica da exploração mineral no Brasil também impõe desafios. Conforme explica Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), qualquer transformação estrutural no setor precisa levar em consideração esse enquadramento.

- O sistema que se adotou é que os meios minerais pertencem à União, mas a sua exploração é feita pelo setor privado. Gerir essa combinação de esforços dos dois lados é um dos maiores problemas – explicou ele.

A lista de gargalos apontada pelos convidados inclui também a infraestrutura de transportes e energia, a legislação ambiental restritiva, a má gestão de recursos, a atração de investimentos, a qualificação de mão-de-obra, os custos operacionais e a falta de percepção da sociedade em relação à importância da atividade mineradora.

Exemplificando este último ponto, Fernando Mendes Valverde, presidente executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (Anepac) expôs o fato de que muitas administrações municipais vêm proibindo a atividade mineradora em seus territórios ao mesmo tempo em que intensificam a compra de recursos minerais de outras localidades.

Agência

Os especialistas ouvidos foram unânimes no apoio à criação da Agência Nacional de Mineração, que seria uma expansão do atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Para eles, o novo órgão pode dar ordenamento ao setor, estimular políticas públicas e reduzir burocracias.

No entanto, eles ressaltaram ser necessário prover o DNPM de uma estrutura funcional própria para que essa conversão aconteça. Do contrário, a futura agência seria incapaz de cumprir suas atribuições.

- A plataforma atual está sucateada, sem recursos para fazer uma simples vistoria de campo. Não consegue gerir o que temos hoje. Se a agência for criada sem orçamento, estrutura física e plano de carreira, vamos só trocar a placa – alertou Salomão.

Agenda futura

A Subcomissão de Mineração realizará nova audiência pública no dia 14 de setembro, para tratar, especificamente, do setor de minerais metálicos (como ferro, ouro e alumínio).

O presidente da subcomissão, senador Wilder Morais (DEM-GO), disse que o trabalho do colegiado representa um compromisso do Senado com o setor da mineração, que é de alto interesse social.

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) – que abriga a Subcomissão de Mineração –, compareceu à audiência desta segunda-feira e disse estar satisfeito com o nível do debate apresentado.

Ele colocou a CI à disposição dos representantes do setor e disse ter certeza de que é possível chegar a soluções para destravar essa atividade econômica.

Lucro da BHP Billiton desaba para mínima de 10 anos por queda nas commodities

27/08/2015 – Fonte: InfoMoney

A mineradora BHP Billiton divulgou o pior lucro recorrente em uma década nesta terça-feira, impactado pelos preços em queda do minério de ferro, cobre, carvão e petróleo, e disse que fará cortes mais profundos nos gastos para reforçar os dividendos.

A BHP e suas rivais têm sido impactadas após elevarem a produção de minério de ferro, cobre e carvão justamente quando o crescimento da demanda desacelerou na China, maior consumidora de metais do mundo, e vêm cortando custos nos últimos três anos para lidar com isso.

A maior mineradora do mundo reiterou sua promessa de nunca cortar seus dividendos e reduziu a meta para investimentos para o ano até junho de 2016 para 8,5 bilhões de dólares, ante 9 bilhões de dólares anteriormente, para ajudar a manter o compromisso.

"Nosso compromisso com nossos dividendos progressivos é firme", disse o presidente-executivo, Andrew Mackenzie, para repórteres. "Ele aguentou muitos ciclos anteriores e é um importante fator diferenciador em relação a nossas rivais".

A BHP, a última das cinco grandes mineradoras globais a divulgar resultados, informou que o lucro recorrente atribuível caiu para 6,42 bilhões de dólares para o ano até junho ante 13,26 bilhões um ano antes. O resultado ficou abaixo das estimativas de analistas de cerca de 7,73 bilhões.

O lucro líquido despencou 86 por cento, com a BHP registrando 2,9 bilhões em encargos tributários que a companhia havia indicado anteriormente, principalmente nos negócios Nickel West e de petróleo não convencional nos Estados Unidos.

'NewYork Times': China vacila, e a economia global é forçada a se adaptar

27/08/2015 – Fonte: Jornal do Brasil

O artigo de Keith Bradsher, "China vacila, e a economia global é forçada a se adaptar", no jornal The New York Times, aborda as consequências da crise da China para a economia global.

Segundo o jornal, o rápido crescimento da China na última década remodelou a economia mundial, criando um poderoso motor de estratégias corporativas, mercados financeiros e decisões geopolíticas. China parecia ter uma trajetória de sentido único, momento em que iria fornecer uma fonte estável de lucros e de capital.

Mas o aprofundamento dos temores econômicos sobre a China, que culminou nesta semana com uma queda do mercado global, agora está forçando uma ampla reavaliação da sabedoria convencional.

De acordo com o autor, a angústia tem sido particularmente aguda para o Brasil. Já o país vacilando, com as importações chinesas de minerais e soja mais fracas, sacudiu toda a América Latina.

Segundo o The New York Times, a fraqueza na China levou as autoridades no Federal Reserve dos Estados Unidos a pensar mais globalmente, pois consideram o aumento das taxas de juros. William C. Dudley, presidente do FED de Nova York na quarta-feira disse que um aumento da taxa de setembro parecia menos provável do que ele fez há algumas semanas.

"O mundo inteiro está se concentrando agora em China, observando o desdobramento dessas crises", Armando Monteiro Neto, ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior do Brasil, disse a jornalistas na terça-feira, em Brasília. "O Brasil já está sentindo os efeitos da desaceleração da China. Se a situação se agravar, o impacto vai ficar maior".

Keith Bradsher disse que a Vale, a gigante da mineração brasileira, está correndo para descarregar os ativos. Na Austrália, a Vale e sua parceira japonesa, a Sumitomo Corporation, vendeu uma mina de carvão em Julho por apenas US \$ 1 milhão, após ter sido avaliado em mais de \$ 600 milhões há três anos. Na Argentina, a Vale está tentando vender uma mina de potássio em que investiu mais de US \$ 2 bilhões.

Com as receitas do Brasil em declínio acentuadamente este ano, o governo da presidente Dilma Rousseff está sob críticas sobre a dependência do país em China, que superou os Estados Unidos como principal parceiro comercial de topo em 2009. As exportações brasileiras para a China caíram 23,6%, para US\$ 24.700 bilhões, no primeiros sete meses do ano, a partir do mesmo período em 2014.

Relator pode aumentar vigência do Programa de Preservação do Emprego

27/08/2015 – Fonte: Senado Notícias

O relator da Medida Provisória (MP) [680/2015](#), deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), disse nesta quarta-feira (26) em reunião com o Dieese e centrais sindicais que pode prorrogar os prazos de adesão e de vigência do Programa de Preservação do Emprego (PPE). O programa permite às empresas em dificuldade financeira reduzir a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30% — salário que será parcialmente recomposto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No encontro, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apresentou um estudo a respeito das vantagens da medida.

"Hoje, a medida provisória estabelece o dia 31 de dezembro como a data final para adesão ao programa. Talvez seja interessante estender esse tempo de adesão. Também pode haver a necessidade de ampliar, além dos doze meses, o período de vigência desse programa", disse o deputado.

A medida estabelece que a adesão ao PPE pode ser feita, após acordo com o sindicato dos trabalhadores, até o final de 2015, com prazo de duração de um ano, ou seja, até o final de 2016. Como contrapartida, a empresa beneficiada fica impedida de demitir empregados sem justa causa por até 16 meses (*veja quadro abaixo*).

Vilela informou que foram apresentadas mais de 150 emendas à MP, mas garantiu que vai manter a proposta inicial. "Não pretendo conceder tratamento diferenciado para nenhum setor da economia", disse o deputado, que considera a proposta benéfica diante da crise econômica do País.

A medida provisória passa a trancar a pauta do Plenário da Câmara se não for votada até 6 de setembro.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), garantiu que eventuais mudanças na proposta vão depender de acordos com as centrais sindicais. "É um texto consistente, que tem como objetivo fundamental preservar o emprego. Qualquer mudança no texto, evidentemente, depende das centrais", disse.

O relator da MP disse que não analisou ainda as emendas apresentadas. "Vamos primeiro definir um cronograma de audiências públicas para analisar a medida".

A estimativa do governo é que o programa use R\$ 97,6 milhões de recursos do FAT em 2015 (R\$ 29,7 milhões) e em 2016 (R\$ 67,9 milhões) para compensar a redução salarial dos trabalhadores.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego chegou a 8,3% no segundo trimestre do ano.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO

O QUE É

- O programa autoriza as empresas a diminuírem em até 30% as horas de trabalho, com redução do salário
- A redução salarial não será proporcional à diminuição da jornada e será parcialmente compensada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- Só empresas que comprovarem dificuldades financeiras poderão aderir, em caráter temporário, depois de acordo com o sindicato.
- A adesão ao programa pode ser solicitada até o final de 2015, e o programa tem duração prevista de um ano.
- O valor pago pelo empregador, sem o complemento, não poderá ser inferior ao salário mínimo.

COMO FUNCIONA

- Os empregados receberão uma complementação do governo, correspondente a 50% do que foi reduzido, para compensar a redução de salário.
- O complemento está limitado a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego, o que equivale hoje a R\$ 900,84 por mês.
- Durante o período de redução da jornada, os depósitos para o FGTS e recolhimentos para o INSS serão calculados sobre o salário e o complemento. O Imposto de Renda e os demais encargos incidirão apenas sobre o salário reduzido.

EXIGÊNCIAS

- A empresa tem que ser registrada no CNPJ há pelo menos dois anos, estar em situação regular junto ao INSS, ao FGTS e ter recolhido os impostos.
- A empresa tem que comprovar que o nível de emprego não aumentou mais do que 1% nos últimos 12 meses.
- A empresa precisa demonstrar ao sindicato que esgotou os períodos de férias, inclusive coletivas, e bancos de horas, de todos os empregados.
- A empresa precisa ter negociado um acordo coletivo de trabalho com o sindicato dos trabalhadores.
- É preciso que seja instituída uma comissão paritária para fiscalizar a aplicação do programa.

O QUE A EMPRESA NÃO PODE FAZER

- Demitir o empregado sem justa causa durante a vigência do programa e por mais um terço do tempo de adesão.
- Contratar outros trabalhadores para substituí-los incluídos no programa.

FONTE: DIEESE

COMO FICARÁ APÓS A PPE

Como fica o salário de um trabalhador que ganha R\$ 3 mil, se a empresa aderir ao PPE e reduzir a jornada em 30%

EXEMPLO DE SALÁRIO
R\$ 3.000,00

	Hoje	No PPE	Varição
Salário	3.000,00	2.100,00	-30%
Complemento	-	+450,00	
Salário + Complemento*	3.000,00	2.550,00	-15%
Desconto INSS	330,00	280,50	-15%
Desconto IRPF	57,45	0,0	-100%
TOTAL	2.612,55	2.269,50	-13%

* Complemento do Fundo de Amparo ao Trabalhador

Matrizes emprestam mais de US\$ 3 bi à cadeia automotiva

27/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

Os empréstimos das matrizes estrangeiras para socorrer filiais da indústria automobilística em dificuldades financeiras no Brasil já passam de US\$ 3,2 bilhões em 2015, superando, em apenas sete meses, os US\$ 3 bilhões de todo o ano passado e confirmando a maior marca desde que o Banco Central (BC) começou a divulgar esse dado, em 2002.

Os recursos visam dar liquidez às empresas num momento em que muitas delas não conseguem gerar caixa suficiente para pagar as dívidas de curto prazo. Nesses casos, os empréstimos corporativos surgem como a saída mais barata, e também menos burocrática, para financiar os investimentos em capital de giro.

Os números do BC, detalhados no balanço das transações do Brasil com o exterior divulgado ontem, cobrem as operações realizadas por montadoras de veículos e as multinacionais fabricantes de autopeças. Entre janeiro e julho, US\$ 3,28 bilhões - ou R\$ 11,6 bilhões, pelo câmbio atual - foram captados pelo setor nos chamados "empréstimos intercompany", feitos com companhias do mesmo grupo empresarial sediadas no exterior.

Em igual período do ano passado, a cifra não chegava à metade disso: US\$ 1,2 bilhão.

Em outra corrente de transferência de fundos, os investimentos estrangeiros diretos em empresas automotivas - que, além da chegada de novas montadoras, expressam a capitalização de subsidiárias já instaladas - acumularam US\$ 1,3 bilhão até julho.

Nesse caso, o valor ficou 19% abaixo do montante de um ano atrás, quando essa operação registrou máxima na série histórica do BC, iniciada em 2001. Entre os aportes efetuados por esse canal, a Peugeot Citroën injetou no ano passado quase R\$ 2,6 bilhões em sua filial brasileira, com os recursos usados para pagar dívidas e, principalmente, reforçar o caixa.

Ao mesmo tempo em que recorrem mais a seus controladores, as subsidiárias brasileiras têm remunerado bem menos os acionistas no exterior, conforme revela o tombo das remessas de lucro das montadoras e seus grandes fornecedores.

Só em julho, a transferência de ganhos obtidos no Brasil por esses fabricantes caiu para US\$ 13 milhões, o que significa US\$ 34 milhões a menos do que no mesmo mês de 2014.

No acumulado do ano, o setor, outrora campeão de remessas, já cortou em 80%, para US\$ 134 milhões até o mês passado, o envio de lucro, caminhando, nesse quesito, ao pior patamar em pelo menos onze anos.

O resultado retrata o impacto da crise na rentabilidade das companhias, assim como a desvalorização cambial, que inibe as remessas por tornar pouco interessante converter para dólares os resultados obtidos em reais.

Além do choque da demanda, que, no caso dos carros, regride a volumes de oito anos atrás, os ganhos dessa indústria são corroídos pela escalada dos gastos com demissões, mais o aumento dos custos de produção, menos diluídos devido à ociosidade crescente das fábricas.

Em paralelo, as montadoras precisam preservar o caixa para fazer frente aos investimentos em curso, inalterados apesar da crise.

São fatores que, combinados, desembocam na menor disponibilidade de recursos para recompensar controladores, que se acostumaram a receber somas bilionárias quando a bonança brasileira ajudava a compensar a crise enfrentada por eles nos Estados Unidos e na Europa.

De 2007 a 2011, vender veículos e peças no Brasil chegou a render quase US\$ 21 bilhões em ganhos às matrizes estrangeiras.

Os fluxos, no entanto, se inverteram no momento em que a crise mudou de lado. Desde o ano passado, quando se agravou a queda tanto do consumo como da produção de automóveis, os grandes grupos automobilísticos vêm injetando muito mais dinheiro do que retiram das operações brasileiras, algo que não acontecia desde 2005.

Mesmo descontando da conta US\$ 1,7 bilhão que saíram do país para amortizar empréstimos intercompany, o saldo dos aportes em subsidiárias daqui continuou positivo em US\$ 2,78 bilhões no acumulado dos sete primeiros meses deste ano.

Aumentam as dificuldades na indústria da construção

27/08/2015 – Fonte: Agência CNI

O indicador de nível de atividade na indústria da construção ficou em 38,2 pontos e o índice de número de empregados alcançou 36 pontos em julho. Os dados mostram que as dificuldades enfrentadas pelo setor se agravaram em julho, informa a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta terça-feira (15), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os indicadores da pesquisa variam de zero a cem. Abaixo de 50 revelam queda na atividade e no emprego.

Conforme a pesquisa, feita com 596 construtoras de todo o país, o índice de nível de atividade em relação ao usual caiu para 28,5 pontos em julho. O indicador acumula uma queda de 13,8 pontos em 12 meses e é o mais baixo da série histórica, que começou em dezembro de 2009. Nas grandes empresas, o nível de atividade em relação ao usual foi de 27 pontos, inferior à média nacional.

O nível de utilização da capacidade de operação ficou estável em 60%, nove pontos percentuais menor do que o observado em julho do ano passado. A maior ociosidade foi registrada nas pequenas empresas, segmento em que a utilização da capacidade de operação foi de 55%.

CRESCER O PESSIMISMO - Com esse cenário, os empresários continuam pessimistas em relação ao desempenho do setor nos próximos seis meses. Em agosto, todos os indicadores de expectativas ficaram abaixo dos 50 pontos, o que revela perspectiva negativa.

O indicador de expectativa sobre o nível de atividade foi de 41,7 pontos, o de novos empreendimentos e serviços ficou em 41,1 pontos o de compras de matérias primas e insumos também alcançou 41,1 pontos e o de número de empregados, 40,5 pontos.

O pessimismo em relação ao futuro atingiu a disposição dos empresários para investir. O índice de intenção de investimento na construção caiu para 26,6 pontos, o mais baixo da série que começou em novembro de 2013. De acordo com a pesquisa, quanto menor o indicador, mais baixa é a intenção de investimento.

Esta edição da Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 3 e 13 de agosto. Foram ouvidas 196 pequenas empresas, 263 médias e 137 indústrias de grande porte.

Participação da indústria no PIB volta à década de 40, diz IBRE

27/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

A indústria brasileira voltou a ter praticamente a mesma participação no Produto Interno Bruto (PIB) que registrava sete décadas atrás. Os números foram apresentados nesta terça-feira pelo economista Luiz Guilherme Schymura, diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, durante seminário sobre políticas industriais, que acontece em Brasília.

Em 1947, a indústria correspondia a cerca de 11% do valor adicionado na economia brasileira, segundo dados compilados por Schymura. Essa participação atingiu um pico em torno de 22% no início dos anos 1980, mas entrou em trajetória de declínio acelerado na década passada e alcançou apenas 10,8% no fim de 2014.

"A estimativa do Ibre é que ela ceda um pouco mais neste ano", disse Schymura. Para ele, não é fácil interpretar esses dados e dizer se o Brasil já passou a ser uma economia pós-industrial. "Nem essa afirmação pode ser feita", ponderou o economista, ao abrir os debates do seminário.